



**ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL  
“DES. OSIRES DE MELO FILHO”  
COMARCA DE PIRIPIRI - PI**

---

**PROC. 0010305-98.2019.818.0002**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

**REQUERENTE: KELLY CHRISTINA DE SOUSA CRUZ**

**REQUERIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**, na forma abaixo.

Aos **21/05/2019**, às **10h:30mim**, na sala das audiências do Juizado Especial Cível e Criminal, Anexo CHRISFAPI, desta Cidade e Comarca de Piripiri/PI, onde presentes se encontram o **Bel. Ítalo Bruno de Oliveira Silva**, Juiz Leigo deste JECC, e a **Dra. Maria Helena Rezende Andrade Cavalcante**, MMª. Juíza de Direito do JECC de Piripiri, para realização de **AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**, em que figuram as partes acima mencionadas. Feito o pregão, verificou-se o comparecimento da parte autora, devidamente acompanhado de advogada, **DRA. FRANCISCA DAS CHAGAS ARRUDA VIANA**, (OAB/PI N. 10.359). Presente também, a parte requerida, por sua preposta a Sra. **ALANA SOARES GOMES**, RG N° 4.060.599 SSP/PI e CPF N° 074.060.463-59, acompanhado da advogado, **DR. FÁBIO SOARES GOMES**, (OAB/PI 15.459). Aberta a audiência, com as cautelas legais, o MM. Juiz Leigo disse que lhe cumpria fazer a **renovação das tratativas de conciliação entre as partes, o que não foi conseguido**, assim, não logrando êxito a conciliação. Iniciada a Instrução Processual, este MM. Juiz Leigo deu à palavra ao advogado da parte autora, nos termos do art. 10 do NCPC e em obediência ao princípio da não surpresa, para manifestar-se acerca da contestação e documentos juntados pela requerida, o qual informou prévia manifestação no evento nº 17 dos autos. As partes não apresentam testemunhas; as partes de comum acordo dispensaram os depoimentos pessoais, o que foi deferido. As partes não apresentaram nenhum requerimento quanto à produção de provas. As partes desejaram apresentar razões finais remissivas, sendo respectivamente, a autora à inicial e o requerido à contestação. Após encerrada a instrução, o Juiz Leigo ainda exortou as partes a que chegassem a acordo, o que não foi aceito pelas mesmas, não se obtendo êxito. Ato contínuo, o MM Juiz Leigo suspendeu a presente audiência e determinou que os autos voltem conclusos para sentença. Nada mais havendo, dado por encerrada a audiência, bem como o presente termo, que lido e achado conforme, e à minguia de declaração de existência de contradição na transcrição, vai devidamente assinado digitalmente apenas pelo presidente

deste ato, nos termos da Res./CNJ nº. 185, de 18 de dezembro de 2013 c/c Lei nº. 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Juiz Leigo **ÍTALO BRUNO DE OLIVEIRA SILVA**

Documento assinado eletronicamente